



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Contexto operacional

A “MRS” é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2011, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas aplicáveis às concessionárias de serviço de transporte ferroviário definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A demonstração de resultados abrangentes não está sendo divulgada, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2012.

3. Políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposto em contrário.

a) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas são transportadas, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros e variações monetárias e cambiais sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

b) Instrumentos financeiros

i. Reconhecimento inicial

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, empréstimos e financiamentos, contas a pagar e instrumentos derivativos.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado – mantidos para negociação:

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de cobertura definidos pelo CPC 38. Também se enquadram nesta categoria as aplicações financeiras da Companhia.

Recebíveis: São ativos financeiros não derivativos basicamente representados por contas a receber de clientes pela prestação de serviços e/ou vendas de materiais no decurso normal da atividade da Companhia. As contas a receber de clientes normalmente são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos em atraso. Pelo fato da carteira de clientes estar concentrada em seus acionistas, o risco de crédito é considerado nulo e, desta forma, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A Companhia optou por não aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*).

c) Moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

f) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) *Provisões*

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Obrigação por desativação de ativos

Os custos de desativação de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes do imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração do resultado como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável do seu valor possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais.

h) *Imposto de renda e contribuição social – corrente*

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

i) Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, desde que seja provável que os lucros tributáveis futuros possam absorver as diferenças temporárias dedutíveis e créditos e perdas tributários ainda não utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis serão suficientes para absorver o ativo tributário diferido, total ou parcialmente.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados usando-se a taxa de imposto esperada para aplicação no ano em que o ativo será realizado, ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 no ano para Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social, vigentes na data do balanço.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, da base de cálculo desses tributos, calculando o Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido sobre essas diferenças.

j) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

k) Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

l) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia amortiza os *softwares* e os sistemas computadorizados à taxa de 20% ao ano, levando em consideração a vida útil-econômica dos bens.

m) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos à captação dos recursos.

n) Arrendamentos e concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a MRS e seus clientes.

o) Benefícios a empregados

i. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia.

A Companhia concede também benefício de assistência à saúde pós-emprego a funcionários, conforme Lei 9.656/98. O custeio dos benefícios concedidos é estabelecido separadamente para cada plano. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos, anualmente, como receita ou despesa no resultado do exercício.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de aposentadoria.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

eventualmente levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e também em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo e nível prováveis de lucros tributáveis futuros.

Benefícios de Aposentadoria

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego e previdência complementar são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia provisiona os custos de desativação de fixação das torres de transmissão para uso no sistema de licenciamento de trens da Ferrovia do Aço.

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto e ao custo esperado para a futura desativação e remoção das torres.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações disponíveis no exterior, resgatáveis no prazo de até 90 dias a partir da data de contratação. São conversíveis em um montante conhecido de caixa, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e utilizados para atender as obrigações de curto prazo.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e Bancos	<u>2.000</u>	<u>4.485</u>
Aplicações Financeiras		
No País:		
CDB	198.795	231.735
Debêntures	193.218	146.983
	<u>392.013</u>	<u>378.718</u>
No Exterior:		
Time Deposit	4.535	3.984
	<u>4.535</u>	<u>3.984</u>
Total das Aplicações Financeiras	<u>396.548</u>	<u>382.702</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>398.548</u>	<u>387.187</u>



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Do total de R\$396.548 (R\$382.702 em 31 de dezembro de 2010) das aplicações, têm-se:

- i. R\$392.013 (R\$378.718 em 31 de dezembro de 2010) aplicados em títulos emitidos por bancos no Brasil. Deste total, as aplicações que não possuem liquidez imediata estão sujeitas ao prazo máximo de 26 dias de carência, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira. Essas aplicações são lastreadas em CDB e debêntures (operação compromissada), com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, encontrando-se na faixa entre 98,00% e 104,00%.
- ii. R\$4.535 (R\$3.984 em 31 de dezembro de 2010) em aplicações financeiras disponíveis no exterior, em 30 de dezembro de 2011, representadas por depósitos a prazo com remuneração média de 0,18% ao ano.

Classificam-se as aplicações de R\$396.548 como mantidas para negociação, uma vez que fazem parte da política de gestão do caixa da Companhia, com a possibilidade de venda ou de recompra no curto prazo.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e considerando também as taxas futuras de papéis similares.

5. Caixa restrito

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada aos financiamentos do BNDES relativos ao FINEM e ao DULC, sendo parte da garantia da operação.

Esta aplicação, no montante de R\$24.728 (R\$17.823 em 31 de dezembro 2010), está lastreada em debêntures (operação compromissada realizada com bancos no Brasil) com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI entre 101,00% e 101,30%.

6. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes no valor de R\$13.651 em 31 de dezembro de 2011 (R\$18.031 em 31 de dezembro de 2010) está representado basicamente pelos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

7. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladoras, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas à prestação de serviço público de transporte ferroviário e foram realizadas em prazos e condições normais de mercado. De acordo com o edital de privatização e com o contrato de concessão, é vedada à Companhia a realização de quaisquer transações empresariais e financeiras com os seus acionistas controladores, diretos ou indiretos, ou com empresas em que estes tenham participação direta ou indireta, exceto aquelas que estejam associadas à prestação de serviços públicos de transporte ferroviário.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

- Ativo

	Contas a receber	
	2011	2010
VALE	41.843	33.392
CSN	24.887	34.841
USIMINAS	28.962	29.468
MINERAÇÃO USIMINAS	9.956	2.366
NACIONAL MINÉRIOS	11.680	15.414
GERDAU	1.987	3.467
	119.315	118.948

- Passivo

	Dividendos obrigatórios a pagar		Adiantamentos de clientes		Passivo com partes relacionadas	
	2011 (*)	2010	2011	2010	2011	2010
VALE /MBR	54.522	45.929	31	232	2.818	1.742
CSN	33.701	24.062	21	21	16	16.048
USIMINAS	-	11.119	2	2	3	3
MINERAÇÃO USIMINAS	-	-	-	-	-	-
UPL (**)	13.199	-	-	-	-	-
NACIONAL MINÉRIOS	13.028	10.975	158	41	-	-
GERDAU	1.554	1.309	127	591	-	-
MINORITÁRIOS	7.718	10.828	-	-	-	-
	123.722	104.222	339	887	2.837	17.793

(*) Os valores de dividendos a pagar de 2011 foram calculados com base na quantidade de ações em 31 de dezembro de 2011, conforme nota 23, letra a.

(**) Vide mais detalhes na nota 23, letra a.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- Resultado

	Receitas de serviços (***)		Outras receitas		Despesas	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
VALE / MBR	1.308.255	864.075	12	13.936	-	85.222
CSN	403.116	351.132	2.135	2.011	-	3.910
USIMINAS	162.535	250.718	1.199	659	-	-
MINERAÇÃO USIMINAS	131.573	47.630	3.982	234	-	-
NACIONAL MINÉRIOS	379.127	277.545	881	2.603	-	221
GERDAU	66.734	80.506	68	-	-	-
	2.451.340	1.871.606	8.277	19.443	-	89.353

(***) Apresentada bruta de impostos

Pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui seu presidente, membros do conselho de administração e diretores estatutários, com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da companhia. A remuneração paga ao pessoal chave da administração da Companhia está demonstrada a seguir:

	2011	2010
<u>Curto prazo</u>		
Honorários e encargos	6.020	4.400
Bônus	4.902	2.084
Outros benefícios	132	95
<u>Longo prazo</u>		
Planos de previdência	277	227
	11.331	6.806



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

8. Outras contas a receber

	2011	2010
Títulos a receber	3.153	52.091
Demais contas a receber	4.920	2.252
	8.073	54.343
Circulante	7.306	53.890
Não Circulante	767	453

Títulos a receber

O valor de R\$3.153 (R\$52.091 em 31 de dezembro de 2010) de títulos a receber representa o saldo restante dos precatórios adquiridos em 2010 e utilizados em março de 2011 para quitar débitos à vista referentes ao ICMS RJ (vide nota explicativa 22, letra a).

Demais contas a receber

O valor de R\$4.920 (R\$2.252 em 31 de dezembro de 2010) é composto, basicamente, por valores a receber decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis, multas contratuais com fornecedores e outras vendas não relacionadas ao serviço de fretes ferroviários.

9. Estoques

	2011	2010
Peças manutenção de locomotivas	94.599	56.951
Peças manutenção vagões	39.162	29.142
Materiais de via permanente	11.189	9.415
Importações em andamento	2.040	8.074
Materiais de manutenção eletrônica	7.026	4.847
Combustíveis	1.738	2.445
Outros	19.392	10.016
Provisão para perda	(2.820)	-
	172.326	120.890

O aumento de R\$51.436 nos estoques de 31 de dezembro de 2011 em relação a 31 de dezembro de 2010, está concentrado basicamente em materiais de manutenção de via permanente, vagões e locomotivas. Esta elevação é explicada pela intensificação do plano de manutenção programado para 2011, em função da necessidade de melhoria na disponibilidade de ativos e também pelo aumento na frota de material rodante.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

10. Tributos a recuperar

	2011	2010
Antecipação de IR e CS	126.780	195.182
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	156.662	133.908
PIS / COFINS a recuperar	93.713	43.908
Imposto de renda retido na fonte	14.755	3.573
Outros	848	1.845
	392.758	378.416
Circulante	288.755	297.086
Não circulante	104.003	81.330

O saldo de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$126.780 (R\$195.182 em 31 de dezembro de 2010) refere-se às antecipações efetuadas no período em virtude da apuração de lucro real.

O saldo de ICMS a recuperar do ativo circulante e não circulante refere-se, principalmente, aos créditos desse imposto decorrentes das compras de itens de estoques, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis, cujo valor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$79.499 e R\$77.163 (R\$62.892 e R\$71.016 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente.

Em função de Regime Especial concedido pelo Fisco em outubro de 2009 aos clientes Vale e Nacional Minérios as receitas de frete da MRS sobre mercadorias desses clientes destinadas ao mercado externo, ficaram suspensas de PIS e COFINS. O saldo credor desses tributos no circulante e não circulante é de R\$66.873 e R\$26.840 (R\$33.594 e R\$10.314 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente.

O valor de R\$ 14.755 (R\$ 3.573 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e serviços.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

11. Despesas antecipadas

	2011	2010
Adiantamento arrendamento	172.941	176.636
Outras despesas antecipadas	1.271	327
	174.212	176.963
Circulante	9.649	9.144
Não circulante	164.563	167.819

As parcelas do arrendamento estão registradas no ativo circulante e não circulante nos montantes de R\$8.817 e R\$164.124 (R\$8.817 e R\$167.819 em 2010), respectivamente.

Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias.

As outras despesas antecipadas referem-se a despesas com seguros e despesas com serviços de manutenção do sistema operacional (Oracle – EBS) da Companhia.

12. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

	2011	2010
Depósitos judiciais	45.202	61.556
Adiantamento a terceiros	20.421	9.590
Instrumentos financeiros (vide nota 31)	11.899	-
Investimento audiovisual	4.607	4.476
Ativos disponíveis para venda	4.589	-
	86.718	75.622
Circulante	26.643	9.590
Não circulante	60.075	66.032

Depósitos judiciais

A companhia possui depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei. São atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. Estão assim distribuídos:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	2011	2010
Cíveis	17.996	18.675
Trabalhistas	17.570	36.595
Tributárias	9.636	6.286
	45.202	61.556

Adiantamento a terceiros

Os adiantamentos a terceiros correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e funcionários como adiantamento de férias, empréstimos de férias e outros adiantamentos.

13. Tributos diferidos

Os créditos tributários diferidos registrados no ativo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	2011			2010
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Diferenças temporárias				
Provisão contingências	24.872	8.954	33.826	52.988
Provisões diversas	10.996	3.958	14.954	16.388
Provisão perda ICMS	5.936	2.137	8.073	10.200
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	-	-	-	(3.647)
Provisão ganhos/perdas financeiras	(4.258)	(1.533)	(5.791)	28.643
Provisão baixa investimento - SIACO	-	-	-	21.077
Provisão plano de saúde	3.662	1.318	4.980	3.779
Provisão perda estoque	917	330	1.247	-
Leasing vagões	586	211	797	863
Derivativos	755	272	1.027	58
P&D depreciação acelerada	-	-	-	(393)
Custo restauração	45	16	61	60
Não Circulante	43.511	15.663	59.174	130.016

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Abaixo estão demonstrados os saldos a serem compensados em até 12 meses e nos próximos exercícios.

	2011		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Curto prazo	10.886	4.418	15.304
Longo prazo	32.625	11.245	43.870
	43.511	15.663	59.174

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido registrado no passivo, no valor de R\$113.546 (R\$38.745 em 31 de dezembro de 2010), refere-se aos efeitos tributários dos seguintes ajustes:

	2011			2010
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Diferenças temporárias				
Depreciação	56.174	20.223	76.397	36.176
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	24.747	-	24.747	-
Capitalização de juros <i>Leasing</i> de locomotivas e equipamentos de informática	7.712	2.776	10.488	933
P&D depreciação acelerada 2008	1.172	422	1.594	1.636
P&D depreciação acelerada 2009	279	-	279	-
	30	11	41	-
Total Passivo Não Circulante	90.114	23.432	113.546	38.745

O aumento de R\$74.801 em 2011 deve-se: (i) ao aumento das diferenças temporárias decorrentes da adoção da Lei 11.638/07, principalmente no que se refere à depreciação e capitalização de juros e, (ii) ao benefício instituído pela Medida Provisória 470/09, que garantiu a depreciação acelerada dos ativos adquiridos através de contratos de financiamento, ocorridos entre outubro e dezembro de 2009, e que foram entregues em 2011.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

14. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Bens imóveis	Locomotivas	Vagões	Imobilizado em curso	Outros	Total
Custo						
Em 31/12/2010	1.366.350	1.406.814	1.218.644	436.369	210.492	4.638.669
Adições	43	-	-	1.328.921	-	1.328.964
Transferências	184.428	379.082	142.440	(758.004)	52.054	-
Baixas	(42.312)	(11.990)	(54.144)	(29.368)	(26.986)	(164.800)
Em 31/12/2011	1.508.509	1.773.906	1.306.940	977.918	235.560	5.802.833
Depreciação						
Em 31/12/2010	(328.238)	(562.269)	(420.187)	-	(102.300)	(1.412.994)
Adições	(99.020)	(65.934)	(47.509)	-	(24.779)	(237.242)
Baixas	3.054	-	24.286	-	10.914	38.254
Em 31/12/2011	(424.204)	(628.203)	(443.410)	-	(116.165)	(1.611.982)
Valor residual líquido						
Em 31/12/2011	1.084.305	1.145.703	863.530	977.918	119.395	4.190.851
Em 31/12/2010	1.038.112	844.545	798.457	436.369	108.192	3.225.675

A seguir estão informadas as taxas anuais de depreciação dos principais grupos de ativos:

Grupos de Ativos	%	Vida útil (em anos)
Imóveis (via permanente, pátios)	6,25	16
Locomotivas novas	4,17	24
Locomotivas usadas	8,33	12
Revisão geral de locomotivas	12,50	8
Vagões	3,33	30
Revisão geral de vagões	10,00	10
Veículos rodoviários	20,00	5
Esmerilhadora e carro de controle (TEV)	10,00	10
Equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Custos de empréstimo capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados até 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 29.842 (R\$2.742 em 31 de dezembro de 2010). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 9,94% ao ano, que representa a taxa média dos empréstimos da Companhia.

Arrendamentos mercantis financeiros

O valor contábil líquido do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2011 é de R\$815 (R\$1.427 em 31 de dezembro de 2010).

Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

Avaliação valor recuperável do ativo

Em atendimento ao Pronunciamento Contábil CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos foi constituída, em dezembro de 2010, a provisão para perdas referente ao projeto SIACO – Sistema Integrado de Automação e Controle da Operação, no valor de R\$61.990.

Durante o ano de 2011 foi efetuada a baixa de todos os ativos relacionados ao valor provisionado, não existindo em 31 de dezembro de 2011 nenhum saldo de provisão para perda.

Conforme determina o CPC 01, em dezembro de 2011, a Companhia avaliou o valor contábil de seus ativos e não há nenhuma indicação de perda no valor recuperável a ser reconhecida.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

15. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>Concessão</u>	<u>Software</u>	<u>Sistemas informatizados</u>	<u>Projetos em Andamento</u>	<u>Total</u>
Custo					
Em 31/12/2010	13.727	4.269	128.795	-	146.791
Adições	1.751	2.021	15.631	7.756	27.159
Baixas	-	(457)	(8.170)	(141)	(8.768)
Em 31/12/2011	15.478	5.833	136.256	7.615	165.182
Amortização					
Em 31/12/2010	(4.780)	(2.988)	(64.248)	-	(72.016)
Adições	(1.926)	(903)	(20.793)	-	(23.622)
Baixas	-	457	5.955	-	6.412
Em 31/12/2011	(6.706)	(3.434)	(79.086)	-	(89.226)
Valor residual líquido					
Em 31/12/2011	8.772	2.399	57.170	7.615	75.956
Em 31/12/2010	8.947	1.281	64.547	-	74.775

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

A parcela referente à concessão (direito de outorga) está registrada no ativo intangível no montante de R\$8.772 (R\$8.947 em 31 de dezembro de 2010) e é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2011	2010
<u>Obrigações Sociais</u>		
INSS	17.083	12.129
FGTS	4.245	2.982
Outros	404	412
	<u>21.732</u>	<u>15.523</u>
<u>Obrigações Trabalhistas</u>		
PPR – Plano de Participação nos Resultados	36.712	22.837
Bônus	13.127	14.293
Provisão para férias e 13º salário	22.686	16.280
Salários a pagar	13.125	9.746
IRRF a pagar	3.778	2.132
Outros	9.381	5.120
	<u>98.809</u>	<u>70.408</u>
	<u>120.541</u>	<u>85.931</u>

17. Obrigações fiscais

	2011	2010
Imposto de renda	84.794	128.662
Contribuição social	40.239	50.458
ICMS	4.611	4.628
Cofins	1.346	-
PIS	293	-
Outros	3.671	5.793
	<u>134.954</u>	<u>189.541</u>
Circulante	134.954	187.109
Não circulante	-	2.432



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

	2011	2010
<u>Moeda nacional</u>		
BNDES:	1.296.105	1.048.403
FINAME (a)	667.627	677.384
DULC (b)	454.082	345.242
FINEM (c)	174.396	25.777
Debêntures (d)	316.057	314.850
NCE - Nota de Crédito à Exportação (e)	170.775	-
Derivativos (vide nota explicativa 31)	-	82.709
BDMG (f)	40.119	-
FINEP (g)	14.742	3.964
IBM - Resolução 2770 (h)	5.372	8.955
Arrendamento mercantil financeiro (i)	353	1.090
	1.843.523	1.459.971
<u>Moeda estrangeira</u>		
Banco Tokyo (j)	140.884	-
FINIMP (k)	121.875	185.013
Ex-Im (l)	117.684	118.953
Financiamento IFC (m)	94.343	110.051
	474.786	414.017
 Total de empréstimos e financiamentos	2.318.309	1.873.988
 Custos da transação	(9.791)	(11.862)
 Total de empréstimos e financiamentos + custo de transação	2.308.518	1.862.126
 Circulante	309.301	335.723
Não circulante	1.999.217	1.526.403



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2013	2014	2015	Após 2015	Total
FINAME	110.211	96.565	95.323	253.781	555.880
DULC	62.539	64.694	64.694	222.093	414.020
FINEM	5.227	18.973	23.762	123.814	171.776
Debêntures	37.500	37.500	37.500	156.250	268.750
NCE - Nota de Crédito à Exportação	-	-	85.000	85.000	170.000
BDMG	3.000	8.608	8.608	19.825	40.041
FINEP	2.206	2.206	2.206	5.884	12.502
IBM - Resolução 2770	1.772	-	-	-	1.772
Banco de Tokyo	-	-	-	140.685	140.685
FINIMP	64.784	-	-	-	64.784
Ex-Im	16.226	16.226	16.226	52.736	101.414
Financiamento IFC	29.544	11.724	11.724	11.724	64.716
	333.009	256.496	345.043	1.071.792	2.006.340

Em 31 de dezembro de 2011 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Curto prazo		Longo prazo			
	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
FINEM	91	109	124	91	224	548
Debêntures	778	467	398	325	614	1.804
Financiamento IFC	465	329	194	121	84	728
Ex-Im	1.291	1.106	923	741	1.147	3.917
DULC	43	38	31	24	33	126
	2.668	2.049	1.670	1.302	2.102	7.123

Moeda nacional:

- (a) Os FINAME's, financiamentos com recursos do BNDES, com saldo de R\$667.627 em 31 de dezembro de 2011 (R\$677.384 em 31 de dezembro de 2010) possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e referem-se a:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- Operação para compra de vagões e locomotivas, sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” de 1,80% ao ano até 7,00% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano com saldo de principal de R\$667.421 em 31 de dezembro de 2011 (R\$675.505 em 31 de dezembro de 2010).

- Operação de “BNDES Automático”, sujeita a TJLP mais “spread” de 2,30% ao ano. Essa operação tem como objetivo a duplicação de trechos da via permanente, dentre outros projetos, e apresenta saldo igual a R\$206 em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.879 em 31 de dezembro de 2010).

Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados.

(b) O DULC, operação direta com o BNDES, com saldo de R\$454.082 em 31 de dezembro de 2011 (R\$345.242 em 31 de dezembro de 2010) possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais “spread” de 0,58% ao ano até 1,48% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de modernização e recuperação de ativos, além de compras de locomotivas. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.

(c) As operações de FINEM, contratadas junto ao BNDES, no montante de R\$174.396 em 31 de dezembro de 2011 (R\$25.777 em 31 de dezembro de 2010) possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” de 1,40% ao ano até 4,01% ao ano ou taxa fixa de 5,50% ao ano. Estes financiamentos estão destinados à implantação de equipamentos que visam à redução do número de acidentes ocorridos em áreas urbanas de influência da MRS, à melhoria do ciclo operacional, por meio da eliminação de passagens em nível e da vedação da faixa de domínio e à aquisição de material rodante. Os investimentos incluem, dentre outros, a construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores.

Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais, alienação fiduciária dos bens financiados, aplicação financeira no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento e carta de fiança.

(d) Debêntures: sem outras captações em 2011, as condições contratuais das debêntures permanecem inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e são como segue:

4ª Emissão

Em 09 de junho de 2010, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade o financiamento de investimentos em expansão da via e modernização e melhorias de equipamentos, locomotivas e vagões.

A emissão teve as seguintes características:

- Data de emissão: 09/06/2010;
-



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- Espécie: quirografária;
- Séries: as debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI mais uma taxa fixa nominal de 1,5% ao ano (taxa efetiva de 1,70% ao ano), sendo juros pagos semestralmente durante o período de carência, de 24 (vinte e quatro) meses, e mensalmente após;
- Quantidade: 30.000 debêntures;
- Valor nominal: R\$10 mil
- Vencimento: 01/02/2020;
- Data de Captação: 09/06/2010;
- Banco coordenador líder: Planner Corretora de Valores;
- Repactuação: não haverá repactuação;
- Resgate Antecipado Facultativo: as debêntures poderão ser resgatadas a partir de 31 de janeiro de 2015 desde que os debenturistas tenham recebido a Carta Conforto e aprovado a realização dos investimentos. O resgate será efetuado por meio de envio ou publicação de comunicado aos debenturistas com 60 (sessenta) dias úteis de antecedência;
- Covenants Financeiros: (i) manutenção, durante todo prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, da relação dívida financeira líquida/EBITDA igual ou inferior a 2,0 e (ii) manutenção, durante todo prazo da emissão e desde que haja debêntures em circulação, da relação EBITDA/resultado financeiro igual ou superior a 4,0. Em março de 2012, o "covenant" dívida financeira líquida/EBITDA foi renegociado, passando de 2,0 para 2,5.

(e) A captação realizada via NCE – Nota de Crédito à Exportação, junto ao Banco Santander, com saldo de R\$170.775 em 31 de dezembro de 2011, possui taxa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 111% do CDI e tem por finalidade dar apoio à atividade da Companhia através da ampliação e construção de pátios e terminais, duplicação e manutenção da via permanente, além da aquisição de trilhos. A Companhia não constituiu garantia para este contrato.

(f) O financiamento contratado junto ao BDMG – Banco de Desenvolvimento Minas Gerais no valor total de R\$50.000, dividido em duas *tranches* uma no valor de R\$35.000 com taxa nominal igual a IPCA mais taxa fixa de 5,76% ao ano (taxa efetiva de 13,22% ao ano), e a outra no valor de R\$15.000, com taxa nominal de SELIC meta mais taxa fixa de 2% ao ano (taxa efetiva de 13,88% ao ano), tem por finalidade a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. O saldo de R\$40.119 em 31 de dezembro de 2011 é referente à liberação da primeira parcela do



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

empréstimo no valor de R\$40.000, sendo R\$28.000 referente à primeira *tranche* e R\$12.000 referente à segunda *tranche*. Este contrato tem como garantia carta de fiança.

(g) O saldo de R\$14.742 em 31 de dezembro de 2011 (R\$3.964 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao empréstimo realizado junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. Este financiamento possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,50% ao ano. O objetivo da operação é financiar o projeto “Aplicação de Dormentes de Composto Plástico”, cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tem como garantia carta de fiança.

(h) O saldo de R\$5.372 em 31 de dezembro de 2011 (R\$8.955 em 31 de dezembro de 2010) refere-se à contratação, em maio de 2008, de um empréstimo na modalidade de repasse efetuado de acordo com a Resolução 2770 do Banco Central, junto ao Banco IBM, no valor de R\$17.719, para aquisição de equipamentos de informática. A operação possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeita a encargos de CDI mais 0,29%. A Companhia não constituiu garantia para este contrato.

(i) O saldo de R\$353 em 31 de dezembro 2011 (R\$1.090 em 31 de dezembro 2010, refere-se a um contrato de arrendamento mercantil financeiro (*leasing*) que a Companhia possui, conforme demonstrado abaixo:

Bem	Valor total original do contrato	Encargos	Vencíveis a partir de	Forma de pagamento	Data de Vencimento
Equipamentos de informática	3.056	100% CDI	mai/08	Mensal	abr/12

Moeda estrangeira:

(j) O financiamento junto ao Banco de Tokyo, com saldo de R\$140.884 em 31 de dezembro de 2011 possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 3,19% ao ano de dezembro de 2011 até dezembro de 2013 e 3,44% ao ano de dezembro de 2013 até dezembro de 2016. Contratado e desembolsado em dezembro de 2011, esta operação teve como objetivo reforçar o caixa da Companhia para os crescentes investimentos realizados por ela. A Companhia não constituiu garantia para este contrato.

(k) Os FINIMPs, com saldo de R\$121.875 em 31 de dezembro de 2011 (R\$185.013 em 31 de dezembro de 2010), estão sujeitos à variação cambial mais juros, compostos de LIBOR mais taxa nominal de 0,07% ao ano até 1,28% ao ano (taxa efetiva de 0,72% ao ano a 1,90% ao ano). Não houve captações de FINIMP em 2011 e para as operações já contratadas a Companhia não constituiu garantia, ou seja, são operações “*clean*”. Estas operações têm como objetivo o financiamento de importações, basicamente, de locomotivas e trilhos.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

(l) O financiamento junto ao US Export-Import Bank (Ex-Im), com saldo de R\$117.684 em 31 de dezembro de 2011 (R\$118.953 em 31 de dezembro de 2010) está sujeito à taxa fixa nominal de 3,30% ao ano, (taxa fixa efetiva de 4,26% ao ano). Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato.

(m) O financiamento junto ao IFC, com saldo de R\$94.343 em 31 de dezembro de 2011 (R\$110.051 em 31 de dezembro de 2010), possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a LIBOR mais “spread” de 1,10% ao ano até 1,30% ao ano. Esta operação tem como garantias locomotivas e recebíveis de contratos comerciais, além dos direitos emergentes da concessão.

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros.

Os *covenants*, que possuem prazo de carência de até três meses, foram atendidos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

No ano de 2011 alguns *covenants* foram repactuados com os bancos e estão demonstrados na tabela a seguir:

		2011	2010
Contratos	Indicadores	Índice padrão	Índice padrão
IFC	- índice de cobertura do serviço da dívida*	maior ou igual a 1,5	maior ou igual a 1,3
	- quociente da dívida líquida pelo EBITDA*	menor ou igual a 2,5	
	- quociente da dívida líquida pelo EBITDA ajustado		menor ou igual a 2,5
	- quociente da dívida bruta pelo ativo tangível líquido	menor ou igual a 2,0	menor ou igual a 2,0
BNDES	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,5	menor ou igual a 2,0
Debêntures 4ª emissão	- dívida líquida / EBITDA (**)	menor ou igual a 2,0	menor ou igual a 2,0
	- EBITDA / resultado financeiro	maior ou igual a 4,0	maior ou igual a 4,0
FINIMP	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,5	menor ou igual a 2,0
	- EBITDA / despesa financeira líquida	maior ou igual a 4,0	maior ou igual a 4,0
Banco Tokyo	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0	Não aplicável

* O SG adotou estes *covenants* em seus contratos bilaterais por ser B-Lender na operação do IFC.

** Em março de 2012 este *covenant* foi renegociado e passou a ser menor ou igual a 2,5.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

19. Dividendo mínimo obrigatório a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	520.936	438.830
Apropriação para reserva legal	<u>(26.047)</u>	<u>(21.942)</u>
Lucro líquido base para determinação do dividendo	<u>494.889</u>	<u>416.888</u>
Dividendos obrigatórios – 25%	123.722	104.222

20. Concessão e arrendamento a pagar

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Concessão a pagar	6.118	5.987
Arrendamento a pagar	<u>116.240</u>	<u>113.757</u>
	<u>122.358</u>	<u>119.744</u>
Circulante	48.442	45.542
Não circulante	73.916	74.202

Os contratos de concessão e arrendamento prevêem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o montante de R\$3.500.358 em 58 parcelas trimestrais de R\$60.351, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, acrescidas de juros e atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI (atualização anual, no mês de outubro de cada ano). Estes valores já incluem os juros pro rata contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2011, com base no último índice contratual de outubro de 2011.

As obrigações da concessão são registradas linearmente, pelo regime de competência, e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) no passivo circulante tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O montante de R\$122.358 em 31 de dezembro de 2011 (R\$119.744 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento.

Em janeiro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento da quinquagésima nona parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$60.351 (R\$57.333 e R\$3.018, respectivamente).

21. Provisões para benefícios a empregados

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores admitidos a partir daquela data. O plano é de contribuição definida e, portanto, a Companhia, como patrocinadora do plano, não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$5.901 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$5.010 em 31 de dezembro de 2010), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2011, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$96, as quais foram devidamente provisionadas.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2011 o plano contava com 13.916 vidas na Bradesco e 507 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 14.423 vidas.

A Companhia adota a política contábil de reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente no resultado, isto é, são totalmente reconhecidos como despesa ou receita do próprio exercício. O plano não possui ativos de cobertura.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$14.373 em 31 de dezembro de 2011 (R\$11.831 em 2010).

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2010	11.228
Despesa reconhecida no resultado	4.173
Passivo atuarial em 31/12/2011	15.401

b. Movimentação do Passivo Atuarial:

Passivo atuarial no início do período em 31/12/2010	11.228
Custo do serviço corrente	301
Juros sobre a obrigação atuarial	1.180
Ganho nas obrigações	2.692
Passivo atuarial em 31/12/2011	15.401

c. Despesa a ser reconhecida na Demonstração do Resultado do próximo exercício:

	2012
Custo do serviço corrente	1.614
Juros sobre as obrigações atuariais	1.617
Total da despesa a ser reconhecida	3.231

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	5,75% a.a.
Inflação de longo prazo	4,50% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	8.42% a.a.
Fator de envelhecimento	3.00% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo que a partir de junho de 2011 passou a ser garantido pela Sul América Seguros. Em 2011 a Companhia contribuiu com R\$534 (R\$372 em 2010) com seguro de vida de seus funcionários.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Cláusula nº 56 do acordo coletivo

A cláusula nº 56 do acordo coletivo da Companhia determina o pagamento de um aviso prévio adicional, no valor do salário base, nos casos de dispensa sem justa causa de funcionários que contarem com mais de 12 anos de serviços prestados à empresa.

O valor do passivo atuarial relativo a este benefício pós-emprego foi mensurado por um atuário independente e em 31 de dezembro de 2011 foi provisionado o valor de R\$350.

A Companhia adota a política contábil de reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente no resultado, isto é, são totalmente reconhecidos como despesa ou receita do próprio exercício. O plano não possui ativos de cobertura.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2010	-
Despesa reconhecida no resultado	350
Passivo atuarial em 31/12/2011	350

b. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	5,75% a.a.
Inflação de longo prazo	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

As provisões atuariais para plano de previdência complementar, plano de assistência médica e cláusula nº 56 do acordo coletivo estão registradas na conta Provisões, no Passivo Circulante.

22. Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão compostas como segue:

	<u>2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Baixas</u>	<u>2011</u>
Fiscais	51.248	2.757	(99)	53.906	-
Previdenciárias e trabalhistas	51.442	16.261	4.266	7.994	63.975
Cíveis	51.490	12.044	3.185	31.507	35.212
Ambientais	1.670	39	208	1.615	302
	<u>155.850</u>	<u>31.101</u>	<u>7.560</u>	<u>95.022</u>	<u>99.489</u>

A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e ambiental oriundas do curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2011, os valores envolvidos nesses



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

processos totalizavam R\$798.614, dos quais a Companhia provisionou o montante de R\$99.489 (R\$155.850 em 2010), referente aos processos de probabilidade de perda considerada provável por seus consultores jurídicos e cujos valores são quantificáveis. Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

a. Fiscais

No âmbito fiscal, a Companhia é parte em 134 processos administrativos e judiciais. O valor total envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$366.074. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia não efetuou nenhuma provisão referente a estas ações. Em 2010 foi provisionado o valor de R\$51.248 referente aos processos cuja probabilidade de perda era considerada provável pelos consultores.

O motivo pelo qual não temos saldo de provisão em 31 de dezembro de 2011 foi devido a baixa de R\$53.694 referente à adesão a anistia de juros e multas sobre os débitos fiscais de ICMS do Estado do Rio de Janeiro, instituída pela Lei Estadual n.º 5.647/2010, pelo Decreto Estadual n.º 42.316/2010 e pela Resolução PGE/RJ n.º 2.771/2010, ocasionando considerável redução nos valores envolvidos nas discussões com o Estado do Rio de Janeiro, relativamente aos fatos geradores ocorridos até o mês de dezembro de 2008.

A compensação dos débitos incluídos na anistia com créditos representados por precatórios judiciais estava sujeita à posterior homologação por parte das autoridades fazendárias estaduais, fato que ocorreu em março de 2011.

Os processos fiscais em curso versam, em sua maioria, sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo, no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo; (ii) de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTE (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) de PIS e COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros incluída em nosso faturamento), e (v) exclusão de valores da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A seguir são indicados os principais processos fiscais nos quais a Companhia é parte.

- *ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado do Rio de Janeiro*

Em 06 de janeiro de 2008, foi lavrado o Auto de Infração nº 03.160438-2 (Processo Administrativo nº E-34/046.007/05), decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2001 a junho de 2004. O valor atualizado do débito é de R\$43.026. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial interposto pela Companhia se encontra pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Na mesma data, a Companhia foi autuada, pela Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, por motivo de glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. O objeto do Auto de Infração nº 03.204072-7 compreende julho de 2004 a dezembro de 2006 (Processo Administrativo nº E-04/451.765/2007), e o valor atualizado desta cobrança é de R\$40.275. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial da Companhia foi parcialmente provido, por maioria de votos, para excluir da autuação os bens integrantes do seu ativo fixo, sendo mantida a glosa de créditos sobre o restante dos bens - insumos considerados pela fiscalização como uso e consumo. Em virtude do esgotamento da discussão na esfera administrativa foi ajuizada a Execução Fiscal nº 0008403-52.2011.8.19.0006, garantida pela Companhia por meio de oferecimento de seguro garantia, tendo sido opostos os competentes Embargos à Execução Fiscal. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 17 de agosto de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº 03.229964-6, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2007 a junho de 2009 (Processo Administrativo nº E-04/041.871/2009). O valor atualizado do débito é de R\$33.926. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial interposto pela Companhia se encontra pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 30 de agosto de 2010, foram lavrados os Autos de Infração nºs 03.242426-9 e 03.242427-7, decorrentes da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, nos períodos, respectivamente, de julho de 2009 a junho de 2010 e de janeiro de 2005 a dezembro de 2009 (Processos Administrativos nºs E-04/045.144/2010 e E-04/045.145/2010). O valor atualizado dos débitos é de R\$8.310. A Companhia apresentou impugnações administrativas às autuações, que se encontram pendentes de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado de São Paulo*

Em 07 de dezembro de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº 31245626, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2005. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação. Houve decisão desfavorável e a Companhia interpôs Recurso Especial já admitido no que se refere à decadência do direito do fisco de efetuar o lançamento, aguarda-se julgamento. O valor atualizado do débito é de R\$61.413. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *Execução de honorários na Execução Fiscal nº 2003.006.001251-7 ICMS/RJ - Diferencial de Alíquotas*

A Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro move ação de cobrança de honorários advocatícios nos autos dos Embargos à Execução Fiscal nº 2004.006.006709-0 (Execução Fiscal nº



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

2003.006.001251-7 – ICMS/RJ – Diferencial de Alíquotas) contra a Companhia. O valor atualizado do débito é de R\$962. Já houve decisão favorável à Companhia, contra a qual a Fazenda Pública Estadual interpôs recurso, ainda pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *ICMS – requerimento de aproveitamento de créditos extemporâneos – Estado do Rio de Janeiro*

Trata-se de créditos de ICMS decorrentes de aquisições de materiais destinados ao ativo fixo da Companhia, realizadas entre setembro de 2004 e novembro de 2005, no valor de R\$3.193. Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia foi intimada acerca da decisão que indeferiu o requerimento de aproveitamento de créditos extemporâneos de ICMS formulado pela Companhia, contra a qual foi interposto recurso, ainda pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S/A*

A Companhia é parte em 90 processos administrativos e judiciais que dizem respeito à cobrança do IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA por parte de diversos municípios situados nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O valor dos débitos soma R\$1.220. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *PIS e COFINS sobre partilhas de fretes*

Em 10 de abril de 2003, a Companhia foi autuada no valor total atualizado de R\$10.610, pela Secretaria da Receita Federal, em razão da diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo da sua base de cálculo, no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2002 (Processos Administrativos nº 18471.000721/2003-90 e 18471.000722/2003-34). O Recurso Voluntário interposto pela Companhia foi parcialmente provido para afastar a exigência fiscal das diferenças apuradas no recolhimento do PIS e da COFINS, decorrente da exclusão de sua base de cálculo dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo, no período compreendido entre janeiro e março de 1998, em razão do reconhecimento da decadência do direito da Fazenda Pública de efetuar os respectivos lançamentos. Contra tal decisão foi interposto Recurso Especial pela Companhia, pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a possibilidade de perda, razão pela qual não há provisionamento.

- *PIS e COFINS variação cambial*

Em agosto de 2006, a Companhia foi autuada no valor total atualizado de R\$97.168, em razão da exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS referentes ao período (não sucessivo) de fevereiro de 2002 a julho de 2004 (Processos Administrativos nºs 18471.000899/2006-83 e 18471.000897/2006-94). Em agosto de 2010 a Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) deu provimento ao Recurso



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Especial da Companhia, no que se refere ao período de fevereiro a novembro de 2002 (PIS) e fevereiro de 2002 a dezembro de 2003 (COFINS). Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

- *Execução Fiscal – PIS e COFINS*

Em 20 de outubro de 2010, a Companhia foi citada em relação à Execução Fiscal nº 2009.51.01.530010-0, que objetiva a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto das Certidões de Dívida Ativa nº 70.6.07.012931-62, 70.6.07.013080-20 e 70.7.07.001233-68, cujos montantes atualizados representam R\$5.397, originados dos processos administrativos nº 10070.000466/2002-13 e 10070.000285/2002-89. A Companhia já discutia tais cobranças na Medida Cautelar nº 2007.51.01.016575-0 e Ação Anulatória nº 2007.51.01.023064-0, motivo pelo qual requereu a reunião das ações de modo a ensejar a imediata suspensão do projeto executivo, com a anuência da Fazenda Nacional. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

- *Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF*

Em 14 de março de 2005 foi ajuizada a Execução Fiscal nº 2005.51.01.510762-7 contra a Companhia, relativa a 05 (cinco) Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Na época, foi apresentada carta de fiança bancária no valor aproximado de R\$27.448. As inscrições em dívida ativa referentes a IRRF, CSLL e PIS foram canceladas. Foram opostos novos embargos à execução fiscal para discutir os valores remanescentes. Em outubro de 2010 foi iniciada a fase probatória, em que foi requerida a produção de prova pericial pela Companhia. Aguarda-se a elaboração do laudo pelo perito judicial competente. O valor atualizado desta cobrança é de R\$18.367. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

- *Manifestação de Inconformidade - CSLL*

Em outubro de 2009, a Companhia foi intimada acerca de despacho por meio do qual a Receita Federal do Brasil homologou apenas parcialmente pedido de compensação formulado pela Companhia (Processo Administrativo nº 15374.957982/2009-89), em que foi requerida a utilização de créditos decorrentes de pagamento a maior de CSLL apurada em agosto de 2004, sob o fundamento de que o crédito teria sido consumido em outros pedidos de compensação. Como resultado deste entendimento o valor atualizado do débito da Companhia, decorrente da compensação não homologada, é de R\$353. A Companhia interpôs Manifestação de Inconformidade, que se encontra pendente de julgamento. Baseada no entendimento dos consultores jurídicos a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

- *Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa:*



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em 05 de novembro de 2003, a Prefeitura de Barra Mansa ajuizou a Execução Fiscal nº 2003.007.006125-2 para cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia, no período de março de 2001 a dezembro de 2001 (Processo Administrativo Fiscal nº 079/2001). O valor atualizado desta cobrança é de R\$8.161. A Companhia interpôs embargos à execução fiscal, que aguardam julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

b. Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em 1.257 ações trabalhistas, que pleiteiam, em sua maioria, diferenças salariais em função do não pagamento de (i) horas extraordinárias; e (ii) adicionais de periculosidade e insalubridade. Em 31 de dezembro de 2011, o valor total das causas trabalhistas era de R\$136.420. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de R\$63.975 (R\$51.442 em 31 de dezembro de 2010) considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

Muito embora não existam processos considerados relevantes sob os aspectos em análise, a Companhia relaciona abaixo, com a finalidade meramente informativa, alguns processos importantes em face da matéria discutida ou do valor envolvido, valendo esclarecer que em nenhum deles uma eventual condenação desfavorável produzirá efeito adverso relevante sobre suas atividades, situação financeira, resultados operacionais ou danos à imagem.

Uma das contingências trabalhistas da Companhia consideradas relevantes, em virtude do valor total envolvido, era o auto de infração, aplicado em julho de 2006 pelo Instituto Nacional do Seguro Social, referente à exigência fiscal de SAT (Seguro de Acidente do Trabalho) para fins de aposentadoria especial (NFLD nº 35.493.972-6).

Foi proferida decisão, em sede de recurso especial administrativa, a qual possui caráter definitivo, que anulou a autuação por vício formal e insanável, bem como reconheceu a decadência do direito do Fisco de efetuar o lançamento dos créditos exigidos na NFLD relativos ao período de 04/1999 a 06/2001, na ordem de R\$11.919 (valor em 02/2011), segundo cálculo realizado pelos consultores jurídicos da MRS.

c. Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 867 ações que versam, em sua grande maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários. Os objetos das demais ações referem-se à paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG), à legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, aos contratos de concessão e arrendamento, a Ações Cíveis Públicas e a ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER.

O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2011, era de R\$295.517. Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

R\$35.212 (R\$51.490 em 31 de dezembro de 2010), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda "provável".

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$ 200 por sinistro.

d. Ambientais

A Companhia é parte em 3 processos ambientais, sendo um na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2011, o valor total das causas ambientais era de R\$603 das quais a Companhia provisionou R\$302 (R\$1.670 em 31 de dezembro de 2010) cuja probabilidade de perda foi considerada "provável".

e. Outras

A Companhia tem oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo seis decorrentes de matéria ambiental e dois de matéria trabalhista. Versam os decorrentes de matéria ambiental sobre poluição do ar, de solo, geração de ruídos, processo erosivo e compensação por danos ocorridos; versam os decorrentes de matéria trabalhista sobre condições de segurança e medicina do trabalho e práticas limitadoras da atuação dos dirigentes sindicais. Para tais casos não existe provisão.

23. Patrimônio líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$950.200 (R\$950.200 em 2010), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.332.687 ordinárias, 82.076.174 preferenciais "classe A" e 69.591.139 preferenciais "classe B". De acordo com o Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$1.200.000 mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre elas e aquelas já existentes, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de março de 2012, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$136.618 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores, conforme proposto pela diretoria executiva.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Em 31 de dezembro de 2011, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
MBR	37.666.526	20,00%	74.301.916	49,0%	111.968.442	32,93%
CSN (*)	52.414.152	27,83%	40.301.916	26,6%	92.716.068	27,27%
UPL (**)	37.513.650	19,92%	342.805	0,2%	37.856.455	11,13%
VALE (***)	36.270.700	19,26%	769.304	0,5%	37.040.004	10,89%
GERDAU	4.460.127	2,37%	-	0,0%	4.460.127	1,31%
NACIONAL MINÉRIOS	-	0,00%	34.000.000	22,4%	34.000.000	10,00%
MINORITÁRIOS	20.007.532	10,62%	1.951.372	1,3%	21.958.904	6,46%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,0%	340.000.000	100,00%

(*) CSN

Em 29 de dezembro de 2011, a CSN assumiu a titularidade direta das 14.748.303 ações, até então detidas diretamente pela International Investment Fund Lt (IIF), que por sua vez era detentora de 7,83% das ações ordinárias, correspondentes a 4,34% do capital total da MRS, em razão de reorganização societária promovida pelas referidas sociedades, nos termos da autorização concedida pela Resolução nº 3.168/09, editada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em 17 de junho de 2009. De acordo com o disposto no art. 2º desta resolução, ficou determinado a renúncia pela CSN ao direito de voto e de veto inerente às ações, a participar em quaisquer instâncias deliberativas da MRS, AGO's, AGE's e reuniões de acionistas, não podendo indicar diretores e/ou conselheiros para cargos diretivos da Companhia.

(**) UPL

Em 30 de novembro de 2010, a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS aprovou a transferência de 37.856.455 ações de emissão da MRS Logística S.A. de sua propriedade para sua controlada Usiminas Participações e Logística S.A. ("UPL"), sendo 37.513.650 ordinárias, 185.517 preferenciais classe A e 157.288 preferenciais classe B. Em fevereiro de 2011 o Bradesco (Banco Custodiante) efetuou a transferência formal das ações e as vinculou ao termo de acionistas. Referida transferência decorre de reestruturação societária da Usiminas.

A operação descrita acima foi devidamente aprovada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") através da Portaria da ANTT nº. 11, de 23 de novembro de 2010.

(***) VALE

Em 14 de dezembro de 2011, conforme comunicado protocolado sob o nº 314767 na CVM, a CMM Overseas S.A., subsidiária da Vale S.A., adquiriu a totalidade das ações do capital votante da Railvest Investments Inc. ("Railvest"), a qual era titular de 14.747.620 ações ordinárias de emissão da Companhia, que corresponde a 7,83%, aproximadamente, do capital votante. Esta operação foi autorizada pela Resolução nº 3.737/11, editada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em 03 de novembro de 2011.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A aquisição indireta da participação da Railvest na MRS não tem o objetivo de alterar a composição do controle da MRS ou sua estrutura administrativa. Nesse sentido, a Vale, direta e indiretamente, renunciou ao direito de voto e veto inerente às ações, em especial ao direito de participar em quaisquer instâncias deliberativas da Companhia, inclusive AGO's, AGE's e reuniões de acionistas, não podendo indicar diretores e/ou conselheiros para cargos diretivos da Companhia.

b. Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

c. Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo da Reserva Legal era de R\$146.143.

d. Reserva de lucros – reserva para investimentos

A Administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes em reserva de expansão no valor de R\$247.445, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$940.675.

e. Dividendo adicional proposto

A parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas demonstrações financeiras, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares serem divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as seguintes parcelas referentes ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foram registradas no patrimônio líquido como "Dividendo adicional proposto" na data de encerramento das respectivas demonstrações financeiras:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Dividendos adicionais propostos	123.723	104.222

24. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	520.936	438.830
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Lucro básico por ação ordinária	1,47	1,24
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico e diluído por ação preferencial - A	1,61	1,36
Lucro básico e diluído por ação preferencial - B	1,61	1,36

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no estatuto social.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

25. Receita dos serviços prestados

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Receita operacional bruta</u>		
Serviços de Transporte	2.926.629	2.294.938
Partilha de Fretes a Receber	74.219	65.292
Outras Receitas Acessórias	122.617	125.105
	<u>3.123.465</u>	<u>2.485.335</u>
 <u>(-) Deduções sobre Vendas</u>		
ICMS	(115.251)	(120.783)
COFINS	(119.827)	(96.477)
PIS	(26.015)	(20.947)
	<u>(261.093)</u>	<u>(238.207)</u>
	 <u>2.862.372</u>	 <u>2.247.128</u>



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

26. Custo dos serviços prestados

Os custos operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2011	2010
Combustíveis/lubrificantes	(422.952)	(383.905)
Crédito presumido ICMS MG	63.049	51.688
Depreciação	(222.951)	(167.038)
Custo da concessão/arrendamento	(218.386)	(198.725)
Mão-de-obra operacional (*)	(293.469)	(209.604)
Materiais de consumo diversos	(237.046)	(134.157)
Serviços de terceiros	(205.902)	(131.074)
Despesas com pessoal	(77.612)	(53.742)
Partilhas de fretes a pagar	(51.068)	(41.684)
Custo com acidente	(11.620)	(2.654)
Aluguel equipamento operacionais	(6.490)	(4.076)
Outros	(53.610)	(59.489)
	<u>(1.738.057)</u>	<u>(1.334.460)</u>

(*) A provisão de bônus (programa de remuneração variável atrelado ao alcance de resultado para cargos elegíveis a metas individuais) era anteriormente classificada como outras despesas operacionais e em 2011 foi reclassificada para mão-de-obra. Foi efetuada reclassificação em 2010 para efeito comparativo.

27. Despesas com vendas

As despesas com vendas têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2011	2010
Mão-de-obra comercial (*)	(7.267)	(6.848)
Viagens, diárias e hospedagens	(966)	(622)
Materiais e serviços	(762)	(311)
Despesas com pessoal	(530)	(345)
Promoção e publicidade	(334)	(119)
Custos com tarifas e serviços públicos	(205)	(167)
Outros	(282)	(50)
	<u>(10.346)</u>	<u>(8.462)</u>

(*) vide comentário na nota 26.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

28. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2011	2010
Mão-de-obra administrativa (*)	(51.270)	(44.485)
Materiais e serviços	(37.564)	(23.942)
Amortização/depreciação	(35.982)	(28.577)
Despesas com pessoal	(20.192)	(18.603)
Despesas com seguros	(12.471)	(12.342)
Despesas de organização e sistemas	(10.703)	(8.499)
Despesas administrativas	(9.181)	(8.170)
Despesas com comunicação de dados	(8.154)	(6.643)
Honorários da administração	(6.020)	(4.400)
Custos com tarifas de serviços públicos	(2.742)	(2.518)
Outros	(2.426)	(2.494)
	(196.705)	(160.673)

(*) vide comentário na nota 26.

29. Outras receitas e outras despesas operacionais

	2011	2010
<u>Outras receitas operacionais</u>		
Reversão de provisão (a)	78.174	2.143
Receitas alternativas	32.588	30.593
Receita de venda de sucata	28.053	21.613
Multas contratuais (b)	21.198	765
Receita de seguros	3.953	11.301
Prestação de serviços a terceiros	1.049	1.970
Aluguel de locomotivas	350	6.800
Outras receitas	15.220	10.117
	180.585	85.302
<u>Outras despesas operacionais</u>		
Despesas processuais	(35.465)	(12.359)
Crédito/Perda ICMS não aproveitado	(35.197)	(13.514)
Custo na venda de bens patrimoniais	(17.620)	(1.335)
Ajuste de estoque (c)	(16.660)	(1.329)
Provisões para contingências	(14.154)	(64.901)
Aluguel de vagões	-	(12.539)



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Programa desafio especial	(6.000)	(3.777)
Custo receitas alternativas	(5.969)	(6.072)
Provisão plano de saúde	(4.173)	(1.347)
Despesa convênio c/ municípios	(3.913)	(671)
Custo venda sucata	(3.741)	(3.433)
Baixa de investimento	(2.575)	-
Despesa com patrocínio	(2.415)	(5.255)
Despesa com diferencial de alíquota	(2.347)	(6.055)
Custo multas contratuais	(2.003)	(72)
PIS / COFINS sobre outras receitas	(1.524)	(2.846)
Custo da prestação de serviços a terceiros	(667)	(2.442)
Indenizações ao poder concedente	-	(1.056)
Outras despesas	(16.517)	(15.111)
	(170.940)	(154.114)
Provisão para perda de ativos (d)	-	(61.990)
Líquidas	9.645	(130.802)

(a) As reversões de provisões ocorridas no período devem-se: à adesão a Anistia da Lei Estadual do RJ que reduziu consideravelmente os valores dos débitos de ICMS, gerando uma baixa de R\$49.176 do valor até então provisionado e, à revisão do prognóstico de perda das contingências cíveis no valor de R\$28.998 (vide mais detalhes na nota explicativa 22, letras a e c)

(b) Os valores desta rubrica correspondem basicamente aos compromissos assumidos, em contrato, de um volume mínimo de transporte (*Take or Pay*) e multas contratuais aplicadas a fornecedores.

(c) Com base na conclusão dos trabalhos realizados ao longo de 2011 e mediante inventário geral realizado por empresa terceirizada, foi realizado um ajuste de estoque no valor de R\$16.660, composto basicamente por itens classificados como peças para manutenção de locomotivas, vagões e via permanente.

(d) Em dezembro de 2010 foi feita provisão para perdas referente ao projeto SIACO – Sistema Integrado de Automação e Controle da Operação, no valor de R\$61.990. Durante o ano de 2011 foi efetuada a baixa de todo valor provisionado, não restando nenhum saldo em 31 de dezembro de 2011 (vide nota explicativa 14).



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

30. Despesas e receitas financeiras

	2011	2010
Despesas financeiras		
Juros	(112.412)	(103.366)
Derivativos	(66.987)	(59.472)
Variação cambial e monetária	(61.479)	(85.978)
Juros e multas fiscais	(20.946)	(38.957)
Outras despesas financeiras	(3.785)	(16.380)
	(265.609)	(304.153)
Receitas financeiras		
Derivativos	63.367	32
Rendimentos s/ aplicações financeiras	40.439	39.739
Variação cambial e monetária	12.317	26.742
Anistia tributária (a)	1.633	264.874
Outras receitas financeiras	13.579	14.905
	131.335	346.292
Resultado financeiro	(134.274)	42.139
Resumo das variações monetárias e cambiais		
Empréstimos e financiamentos	(42.705)	19.985
Contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	(7.660)	-
Depósitos judiciais	3.586	-
Partes relacionadas	1.420	(80.838)
Caixa e equivalentes de caixa	509	(181)
Outras	(4.312)	1.798
	(49.162)	(59.236)

(a) Inclui os juros reconhecidos no âmbito da anistia concedida pelo Estado de MG (vide nota explicativa 22, letra a).



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Operações com instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, em comparação aos seus valores justos:

	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Instrumentos financeiros				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	398.548	398.548	387.187	387.187
Caixa restrito	24.728	24.728	17.823	17.823
Contas a receber	21.724	21.724	72.374	72.374
Partes relacionadas	119.315	119.315	118.948	118.948
Ganhos em operações com derivativos	11.899	11.899	-	-
Total	576.214	576.214	596.332	596.332
Passivos				
Fornecedores	340.361	340.361	161.341	161.341
Partes relacionadas	3.176	3.176	18.680	18.680
Empréstimos e financiamentos em R\$	1.527.113	1.527.113	1.061.322	1.061.322
Empréstimos e financiamentos em USD	474.786	485.312	414.017	416.237
Debêntures	316.057	316.057	314.850	314.850
Perdas em operações em derivativos	-	-	82.709	82.709
Total	2.661.493	2.672.019	2.052.919	2.055.139



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

Classificação dos instrumentos financeiros

	2011			2010		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	398.548	-	398.548	387.187	-	387.187
Caixa restrito	24.728	-	24.728	17.823	-	17.823
Contas a receber	-	21.724	21.724	-	72.374	72.374
Partes relacionadas	-	119.315	119.315	-	118.948	118.948
Ganhos em operações com derivativos	11.899	-	11.899	-	-	-
Total	435.175	141.039	576.214	405.010	191.322	596.332
Passivos						
Fornecedores	-	340.361	340.361	-	161.341	161.341
Partes relacionadas	-	3.176	3.176	-	18.680	18.680
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	1.527.113	1.527.113	-	1.061.322	1.061.322
Empréstimos e financiamentos em USD	-	474.786	474.786	-	414.017	414.017
Debêntures	-	316.057	316.057	-	314.850	314.850
Perdas em operações em derivativos	-	-	-	82.709	-	82.709
Total	-	2.661.493	2.661.493	82.709	1.970.210	2.052.919

Instrumentos financeiros derivativos

Embora as operações com derivativos tenham o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição aos riscos de mercado, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2011 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$11.899 (saldo líquido a pagar de R\$82.709 em 31 de dezembro de 2010), foram contabilizadas no resultado.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Descrição	2011			2010		
	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	390.440	427.956	fev/12 até dez/16	409.980	365.930	fev/11 até mar/12
Posição passiva						
Taxas (pós)	390.440	412.229		409.980	448.631	

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocial Contratado (USD)	Valor Justo dez/11 (R\$) Ativa	Valor Justo dez/11 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa - Passiva
Contratos de swap								
Société Générale			13/dez/10	01/fev/12	10.000	19.253	19.128	125
JP Morgan			27/dez/10	01/mar/12	10.000	19.237	18.890	347
JP Morgan			01/fev/11	01/fev/12	10.000	19.150	18.470	680
JP Morgan			01/fev/11	01/mar/12	10.000	19.102	18.414	688
Santander			28/fev/11	02/abr/12	15.000	28.768	27.337	1.431
Société Générale	USD+ 1,90% ao ano até 3,93% ao ano	De 100% CDI até 107% CDI	31/mar/11	02/abr/12	10.000	19.162	17.700	1.462
HSBC			31/mai/11	15/jun/12	10.000	19.234	16.859	2.375
HSBC			31/mai/11	02/mai/12	15.000	28.826	25.272	3.554
Société Générale			14/jun/11	01/jun/12	10.000	19.194	16.815	2.379
Société Générale			01/jul/11	02/jul/12	10.000	19.180	16.449	2.731
Banco do Brasil			30/set/11	02/jul/12	10.000	18.985	19.128	(143)
Bradesco			31/out/11	01/ago/12	10.000	18.874	17.261	1.613
Société Générale			30/nov/11	01/ago/12	10.000	18.877	18.163	714
Banco do Brasil			30/nov/11	03/set/12	10.000	18.902	18.183	719
Banco de Tokyo			15/dez/11	15/dez/16	75.000	141.212	144.160	(2.948)



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Total	225.000	427.956	412.229	15.727
--------------	----------------	----------------	----------------	---------------

1.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3: Investimentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$11.899 em 31 de dezembro de 2011, estão classificados com valor justo através do resultado e estão classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados como Nível 3 e Nível 1 na Companhia. Durante o exercício de 2011, não ocorreram transferências entre os níveis.

	2011			2010		
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total
Passivos (Ativos)						
Instrumentos financeiros derivativos	(11.899)	2	(11.899)	82.709	2	82.709

1. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de:



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

- (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos;
- (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia – oriunda da parcela de dívida indexada em moeda estrangeira – tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

a) Risco de taxa de juros

Representa as variações, em termos de ganhos ou perdas, às quais a Companhia está sujeita por conta de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tem uma posição líquida descoberta atrelada à taxa de juros que, gerava um risco de descasamento pouco relevante, uma vez que o aumento de 50% dos juros (CDI e TJLP) produziria um efeito inferior a 4% no saldo líquido.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com variação de 1,15%.

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do swap separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2011, e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que, no caso da Companhia, resumiu-se à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 30 de dezembro de 2011 e os juros acumulados no exercício. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio de final de 2011 divulgada no último Relatório Focus – Bacen anterior ao fechamento do trimestre. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

As tabelas abaixo representam a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para os anos de 2011 e 2010 respectivamente.

Risco de Apreciação do Dólar - 2011

R\$ milhões			
Operação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Hedge - Ponta Ativa de Swap	28,7	99,8	199,6
Aplicação em US\$	0,3	1,1	2,1
Dívida em US\$	(31,8)	(110,7)	(221,5)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	(2,8)	(9,8)	(19,8)

Risco de Apreciação do Dólar - 2010

R\$ milhões			
Operação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Hedge - Ponta Ativa de Swap	18,4	96,1	192,2
Aplicações em US\$	0,2	1,0	2,1
Dívida em US\$	(20,8)	(108,7)	(217,5)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	(2,2)	(11,6)	(23,2)

	Exposição (R\$ milhões)	Exposição provável (R\$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta Ativa de Swap em Dólar	428,0	399,3	1,9	1,8	2,2	2,6
Saldo em Dólar	4,5	4,2	1,9	1,8	2,2	2,6
Dívida em Dólar	474,8	442,9	1,9	1,8	2,2	2,6

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

a) Contas a receber

A Companhia possui seu contas a receber concentrado em alguns grandes clientes, que também são seus acionistas (vide nota explicativa 6), representando, em 31 de dezembro de 2011, 87,68% do contas a receber total (86,26% em 31 de dezembro de 2010).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Pelo fato da carteira de clientes da Companhia estar concentrada em seus acionistas, o risco de crédito é considerado praticamente nulo.

b) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia de acordo com a política estabelecida. Visando minimizar o risco de crédito, a Companhia procura diversificar a alocação dos recursos excedentes apenas em contrapartes de primeira linha avaliadas por agências de *rating*. Em 31 de dezembro de 2011, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$398.548 (R\$387.187 em 31 de dezembro de 2010), dos quais 82% estavam distribuídos entre as seguintes contrapartes: Banco Votorantim; Banco Safra; Banco Bradesco; Santander; Caixa e HSBC.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez buscando distribuir os vencimentos de dívida e de instrumentos financeiros derivativos ao longo do tempo, evitando concentrar obrigações em datas pontuais e priorizando o alongamento dos prazos. Adicionalmente, a Companhia tem por política a manutenção de um caixa mínimo disponível, incluindo saldos de aplicações e em conta corrente, além de estabelecer um percentual mínimo de liquidez das aplicações totais.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2011 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Fluxo de Caixa Esperado					
	31 de dezembro de 2011	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.295.554	152.966	136.248	333.009	1.084.551	588.780
Passivos financeiros derivativos						
Swaps utilizados para hedge (USD)	(11.899)	(10.445)	(4.403)	-	2.949	-

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na nota explicativa 17. Os Passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:

	2011	2010
Total do passivo	3.418.951	2.774.323
(-) Caixa e equivalente de caixa	398.548	387.187
Dívida líquida	3.020.403	2.387.136
 Total do patrimônio líquido	 2.297.359	 2.004.366
Relação da dívida sobre o capital	1,3147	1,1910

32. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2011		2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	792.635	792.635	654.870	654.870
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	198.159	71.337	163.718	58.938
Adições permanentes:	6.128	2.206	2.153	650
Ajuste de estoque	3.829	1.378	-	-
Bônus diretoria	915	329	407	147
Despesas com projeto empresa cidadã	100	36	183	66
Incentivo fiscal - Lei Rouanet	463	167	591	213
Fundo Infância e Adolescência	158	57	236	85
Despesas patrocínio esporte	141	51	230	83
Perda com investimento audiovisual	137	49	344	-
Outros	385	139	162	56
Exclusões permanentes:	578	147	(362)	(3)
Incentivo fiscal audiovisual	170	-	(354)	-
Ganho REFIS 2009	408	147	-	-
Outros	-	-	(8)	(3)



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Incentivos Fiscais	5.414	-	7.875	-
PAT	2.166	-	3.009	-
Rouanet	1.636	-	2.365	-
Audiovisual	530	-	879	-
FIA	541	-	811	-
Esporte	541	-	811	-
Outros	(24)	32	(830)	(349)
Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal na demonstração do resultado	198.271	73.428	156.804	59.236

33. Informações por segmento

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, composta especialmente por seus controladores. A receita por cliente está assim representada:

Principais Clientes	2011	2010
VALE	1.308.255	864.075
CSN	403.116	351.132
NACIONAL MINÉRIOS	379.127	277.545
USIMINAS	162.535	250.718
MINERAÇÃO USIMINAS	131.573	47.630
GERDAU	66.734	80.506
OUTROS	672.125	613.729
	3.123.465	2.485.335

A Companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

34. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	29 de dezembro de 2012	160.000	10.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de fevereiro de 2012	30.000	200
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de julho de 2012	45.000	250

Observações:

LMI – Limite Máximo de Indenização

O seguro de responsabilidade civil foi renovado no dia 09 de fevereiro de 2012 com vencimento em 09 de fevereiro de 2013.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

35. Eventos Subsequentes

Reunião do Conselho de Administração

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 22 de março de 2012 foi aprovado o aumento do capital social utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores (vide nota explicativa 22, letra “a”).

Regime Especial

De acordo com o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, em 03 de janeiro de 2012, foi concedido Regime Especial pela Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais autorizando a transferência de crédito acumulado de ICMS, no valor de R\$72.881, para empresa Usiminas Mecânica S.A., a título de pagamento pela aquisição de vagões durante os anos de 2012 e 2013. A transferência deste crédito se dará conforme cronograma de entrega dos vagões, sendo que o Regime Especial tem validade até 31 de janeiro de 2013.



MRS Logística S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Administração: Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Gabriel Stoliar

Presidente

Eduardo Moreira Pereira

Roberto Gottschalk

Alexandre Jacob Alves

Humberto Ramos de Freitas

Paulo Roberto Perlott Ramos

Wilfred Theodoor Bruijn

Membros da Diretoria Executiva

Eduardo Parente Menezes

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Sérgio Barretto Garcia

Diretor Comercial

Henrique Aché Pillar

Diretor de Desenvolvimento

Alexandre Fleischhauer

Diretor de Engenharia e Manutenção

Carlos Waack

Diretor de Operações

Félix Lopez Cid

Diretor de Recursos Humanos e Gestão

Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Elvira Cavalcanti

Diretora Financeira
